

RACHA, A SENHORA É MARAVILHOSA! NOVAS SUJEITAS E PRÁTICAS POLÍTICAS CONTEMPORÂNEAS NA CIDADE DE RECIFE-PE

Autora: Ana Cecília Nascimento Cuentro

Universidade Federal de Pernambuco - Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), Email: cecicuentro@gmail.com

RESUMO:

O presente trabalho tem por objetivo central compreender como mulheres e pessoas não-binárias constroem as suas identidades feministas e como a partir dessa autoidentificação tem se articulado e organizado coletivamente, no intuito de fomentar e mobilizar práticas políticas e ações coletivas. Diante de um suposto cenário, no qual as mulheres já teriam conquistado tudo, porque as sujeitas continuam a se identificar enquanto feministas? Qual a importância atual da luta feminista para a garantia de direitos? Quais mecanismos de resistência vêm sendo criados e quais as (novas) formas de articulação coletiva nesse contexto? Qual a importância do surgimento de novos coletivos nos últimos cinco anos na cidade do Recife-PE? A partir da perspectiva de ciência corporificada, a pesquisa se insere no debate da Terceira *Geração* do feminismo, pós-estruturalista em diálogos com debates construídos pelo Feminismo Negro e outras formas de construir saberes tecidos historicamente pelas mulheres. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, para a qual foram realizadas entrevistas em grupos e individuais com as sujeitas e os coletivos que dão alma e corpo ao trabalho. O campo também foi composto através da minha participação, enquanto militante feminista, nos eventos e atos políticos construídos no contexto da Região Metropolitana, onde a pesquisa se insere. Serão trabalhadas categorias como gênero, identidades, ações coletivas e feminismos.

Palavras-Chave: Gênero, feminismos, práticas políticas, ações coletivas e identidades.

Introdução

Não há dúvidas de que hoje as mulheres ocupam múltiplos espaços da vida social, circulam pelo espaço público, estão em quase todas as profissões, optam pela maternidade e assumem sua sexualidade com mais desenvoltura que há setenta anos (RAGO, 1996). “As mulheres já conquistaram tudo” bradam as manchetes das revistas. Tendo em vista esse cenário promissor e de avanços, como explicar a permanência dos movimentos feministas? O feminismo ainda se faz necessário enquanto ideologia, prática e dispositivo de resistência política? Diante de seu acúmulo histórico, suas lutas e trajetórias

distintas entre os movimentos e suas concepções, quem são os sujeitos legitimados a falar em nome do feminismo? Quais são as suas práticas? Com esse intuito busquei compreender, a formação da identidade feminista, suas novas práticas e ações coletivas no movimento feminista da cidade de Recife. A partir do estudo de seis coletivos autorganizados e articulados na região Metropolitana. Os coletivos surgem a partir de 2012, no que denominei um *boom* de grupos surgidos entre os anos de 2012-2015, sendo constituídos majoritariamente por mulheres jovens. Para tanto, compreendo que o momento político vivenciado entre esses

anos, tem seu mote disparador na primeira Marcha das Vadias de 2011, que retoma os protestos de rua enquanto ferramenta de luta e resistência feminista, através de uma estética própria, do uso do escracho, do ativismo e do corpo como instrumento de luta.

Foram anos consecutivos, de 2011 até 2015 em que mobilizações políticas ocorreram e os questionamentos incindiram, sobretudo, a respeito da violência e repressão praticada pelo Estado contra “as minorias”. A exemplo de 2013, no Rio de Janeiro, em que o governo do estado, ordenou a desocupação de um prédio histórico, ocupado por indígenas, a fim de construir, em virtude da Copa do Mundo FIFA 2014, um complexo com lojas, estacionamentos e um museu em cima de um lugar, que no passado abrigava uma aldeia indígena. O massacre de várias mulheres e crianças neste episódio foi um marco nas mobilizações que se iniciaram em junho de 2013. Essas ações junto ao aumento de passagem de ônibus e a luta pelo transporte público de qualidade, iniciado na cidade de São Paulo, deram o pontapé inicial as mobilizações que se espalharam pelo país e ficaram conhecidas como Jornadas de Junho. Em 2014 novas mobilizações se espalharam pelo país contra a Copa e os protestos também foram marcados por muita repressão policial.

Um caso ilustrativo de como o Estado agia durante as manifestações foi a prisão de um jovem negro, por portar na mochila uma garrafa de pinho sol e outra de vinagre. Rafael Braga está preso até hoje sob diversas acusações implantadas pela Justiça Brasileira e condenado a 11 anos de prisão.

Em 2015 mais uma vez várias mobilizações se espalharam pelo país sob o mote: “Cunha sai, pílula fica!”. Recife foi uma das cidades que se mobilizou contra esse projeto. O objetivo era impedir que a PL 5069/2013 de autoria, do então, deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ), fosse aprovada. Essa onda de mobilizações ficou conhecida como Primavera Feminista. Essa conjuntura política deu corpo à pesquisa que se segue. Diante de tudo que se mostrava e a partir das questões expostas acima várias inquietações me levaram a reflexão central desse trabalho: mesmo diante do discurso hegemônico e senso comum que afirmava que nós já havíamos conquistamos tudo: porque o movimento feminista ainda se faz tão vivo e pulsante? Em pleno século XXI porque mulheres jovens ainda se sentem mobilizadas a luta política feminista? Quem são essas sujeitas¹, afinal?

1 O uso da palavra “sujeitas”, para me referir as pessoas que dão corpo à pesquisa, foi uma escolha política. Mesmo, quando trago outras identidades de gênero que compõem os movimentos feministas hoje, me refiro no

Nesse sentido, o objetivo da minha pesquisa foi: tentar compreender a construção da identidade feminista de mulheres jovens organizadas coletivamente e quais as ações de enfrentamento político estavam sendo por elas construídas. Para tanto, escolhi trabalhar com o campo feminista da cidade de Recife, no qual me articulo politicamente e a partir do meu interesse como pesquisadora e feminista autônoma e autorganizada, optei por trabalhar com coletivos autorganizados articulados fora dos modelos políticos tradicionais, cujos princípios embasavam-se na horizontalidade, autorganização e autogestão.

Os coletivos escolhidos para dar corpo a pesquisa foram: Coletivo Marcha das Vadias Recife, Colativa, Faça Amor, Não Faça Chapinha (FANFIC), Coletiva Feminista Diadorim, Ou Vai Ou Racha e Coletivo Periféricas. Através de entrevistas individuais e em grupos busquei compreender: a) o que motivou as mulheres a se engajarem na luta feminista; b) como se deu essa percepção de si enquanto feminista; c) porque a luta feminista é importante em suas vidas e quais as novas práticas políticas coletivas que se construíam naquele momento. A formação desses grupos evidenciam novas identidades feministas, práticas e saberes em um contexto

feminino, pois foi permitido também pelas entrevistadas que me referisse a elas assim, pelo artigo no feminino.

totalmente adverso à aceitação dos feminismos no cenário político nacional. De um lado, a crença social de que as mulheres já conquistaram tudo e por isso não há mais razão nas lutas feministas. Do outro, o recrudescimento dos fundamentalismos religiosos que encampam cada vez mais políticas que retrocedem direitos já conquistados pelas mulheres (RAGO, 1996). Neste cenário, mulheres majoritariamente jovens reivindicavam para si a identidade feminista e através da ação coletiva tem (re) atualizado antigas práticas dentro do movimento feminista, ao passo que também constroem novos saberes, tais como o ativismo e ciberativismo.

Situo esse debate na perspectiva da Terceira Geração do feminismo, dentro da concepção epistemológica pós-estruturalista feminista. A partir de um lugar de fala, enquanto mulher e feminista engajada que compõe o Coletivo Marcha das Vadias - Recife, dentro de um saber localizado historicamente (HARAWAY, 1995) como base para o fazer científico acadêmico em diálogo com outros saberes e conhecimentos construídos pelas mulheres nos seus diferentes espaços.

Metodologia

Inicialmente realizei um mapeamento através das redes sociais, especialmente o Facebook, para identificar os coletivos surgidos em Recife-PE após 2011. A busca desses coletivos se deu tanto a partir do meu conhecimento prévio de suas existências quanto de indicações de companheiras feministas. Diante da diversidade de grupos surgidos nesse período entre, 2012-2015, na Região Metropolitana de Recife, a escolha dos que estariam presentes no mapeamento ocorreu com base em três critérios: a) surgimento pós 2011; b) coletivos apartidários (sem defesa de partido ou ligação partidária), que não compunham bases de movimentos feministas nacionais ou setoriais de movimentos mistos (composto por homens e mulheres); c) autorganizados por mulheres cis, trans, pessoas não-binárias, afeminadas e feministas. O mapeamento pelo Facebook me trouxe os seguintes coletivos: Cabelação-PE, Vaca Profana, Poder Feminino Crew (PFC), Coletivo de Mães feministas Ranusia Alves, Ocupe Sapatão e Coletivo FEMME de Dança (UFPE), Coletivo Periféricas, Faça Amor Não Faça Chapinha, Ou Vai Ou Racha, Coletiva feminista Diadorim, Colativa e Coletivo Marcha das Vadias Recife. Desses doze, trabalhei com os últimos seis. A escolha para

trabalhar de forma mais aprofundada com eles, ocorreu da seguinte forma: da acessibilidade aos coletivos e do meu interesse em conhecê-los, compreendendo que cada um possuía formas muito particulares de atuação, compondo uma diversidade de sujeitas, perspectivas e ações políticas. Após os primeiros contatos via redes sociais, foram marcados encontros presenciais em dois momentos com cada coletivo. O primeiro foi uma entrevista com as integrantes de cada coletivo e o segundo, uma entrevista individual com a integrante escolhida pelo grupo. No primeiro encontro com os grupos, busquei: a) conhecer as suas histórias; b) como os coletivos surgiram; c) suas concepções sobre feminismo e quais eram as suas principais ações políticas. Nesse encontro elas indicaram uma integrante para a entrevista individual na qual busquei conhecer sobre: a) a construção da identidade feminista; b) os significados do feminismo na vida de cada uma; c) como compreendiam as articulações entre os coletivos feministas em Recife e qual a importância de se organizar coletivamente. O objetivo central das entrevistas individuais consistia em compreender como a autoidentificação enquanto feministas às mobilizou para a ação política coletiva, ao entender que esse

movimento não ocorreu de forma espontânea e é parte de uma mobilização subjetiva que as impulsionou a organização política em coletivo.

Foram cinco entrevistas coletivas e sete individuais, semi-estruturadas (DENZIN; LINCOLN, 2006), de mais ou menos uma hora, realizadas entre Agosto e Novembro de 2016. Apesar de haver um roteiro prévio, os diálogos ocorreram de maneira fluida e aberta às explanações e questões trazidas pelas entrevistadas. Gostaria de pontuar que, ao final de cada entrevista, coletiva e individual, elas salientaram a importância daquele momento, de olhar para o coletivo, olhar para si, muitas vezes, voltar ao passado, de como começaram a se organizar e reafirmar alguns princípios. O processo de reconhecimento entre elas também foi pontuado como algo positivo. Ao narrarem suas vivências individuais (re) pensavam e (re) viviam as suas construções políticas, lugares de fala, prioridades, momentos difíceis e também os felizes, partilhados ao longo de seus processos. As informações e análises da pesquisa foram construídas, através dos encontros coletivos, entrevistas individuais e da leitura das páginas do Facebook, que me permitiu o mapeamento e também a descrição não apenas dos grupos trabalhados, mas dos

outros seis que compõem o campo feminista. As informações contidas nesse texto a respeito dos coletivos com os quais eu não trabalhei diretamente foram retiradas de suas páginas no Facebook e outras redes sociais. Eles fazem parte do mapeamento pela importância política que possuem no cenário dos movimentos sociais e feministas na cidade. São parte constituinte dessa tentativa de criação de uma representação do nosso contexto político e suas principais características. A presença em atos políticos e a minha vivência no campo enquanto feminista também me auxiliaram nos caminhos desse trabalho e para a construção das análises.

Resultados e Discussões

O uso das ferramentas metodológicas, teóricas e analíticas descritas acima, me colocaram frente a questões complexas vivenciadas pelos coletivos e por suas integrantes. O exercício em relacionar categorias individuais e coletivas foi fundamental para alcançar a dimensão que a luta feminista possui ao influenciar diretamente as mulheres em suas subjetividades e potências quando juntas. Uma das premissas sob a qual o feminismo se embasa de que o pessoal é político foi

fundamental na compreensão dessa constante interação entre a construção da identidade feminista e a luta coletiva, enquanto processo dialógico, cujas influências perpassam simultaneamente os corpos, as concepções e as práticas políticas. (PISCITTELI, 2002).

Através do mapeamento tentei contemplar a diversidade de coletivos, sujeitas e ações políticas presentes no campo feminista recifense. Os seis coletivos são diversos tanto entre si quanto em suas constituições.

O Coletivo Marcha das Vadias há época da pesquisa em 2016, contava com 18 integrantes, mulheres negras, não-brancas, brancas, entre 19-39 anos. Todas as atividades, rodas de diálogos, participação em eventos e ações de rua, como o dia da marcha, são desenvolvidas colaborativamente entre as integrantes e parceiras de outros coletivos. A Coletiva Feminista Diadorim surgiu em 2013 na Faculdade de Direito do Recife (FDR). De acordo com suas integrantes a vontade de construir um coletivo feminista na FDR era antiga, porque o ambiente político da universidade era de “zero” protagonismo das mulheres. À época da pesquisa 40 mulheres compunham a coletiva, destas 15 eram mais ativas. Composta por uma diversidade de classe social, raça, orientação sexual e

majoritariamente, estudantes universitárias. Uma das pautas mais caras para elas é a luta pela descriminalização e legalização do aborto. Entre outros objetivos da coletiva, está a atuação junto às mulheres em situação de cárcere e a facilitação e incentivo de espaços autorganizados por mulheres e meninas cis e trans. O Coletivo Periférias surgiu em 2015 da necessidade de fortalecimento das mulheres em seu território ou como elas chamaram: “o quilombo Ibura”. Predominantemente de mulheres negras, periféricas e classe baixa, entre 18-30, com destaque para uma delas com 11 anos. À época da pesquisa eram 11 integrantes. Suas ações eram voltadas as ocupações culturais em seu bairro, debates e exibição de filmes. A Coletiva surge em 2013, da necessidade em comunicar o feminismo para outras mulheres fora da “bolha acadêmica”, através do ativismo, ocupam o espaço urbano com lambes e intervenções. Há época da pesquisa eram 7 integrantes, entre brancas, não-brancas e negras, com diversidade sexual e de classe.

O Faça Amor Não Faça Chapinha (FANFIC) surge em 2014, através de uma página no Facebook sobre empoderamento negro pela estética, o cabelo crespo como ferramenta de resistência. A partir do espaço virtual o coletivo surge. Composto por

mulheres negras entre 20-29 anos, de classe baixa, diversas em suas orientações sexuais. Suas ações eram desde o ciberativismo, o debate sobre empoderamento negro até atividades com jovens em escolas públicas. Ou Vai Ou Racha surgiu em 2013 como um bloco de carnaval e foi se tornando coletivo a partir da identidade lésbica, bissexual e feminista. Mulheres diversas em suas raças, classes sociais e orientações sexuais. Suas atuações eram com base no artivismo e iam desde o bloco de carnaval, à promoção de debates e festas exclusivas para mulheres lésbicas e bissexuais.

Essa breve descrição nos aponta para a diversidade entre esses coletivos. Com pautas distintas, cujo foco das ações políticas, atravessadas pela interseccionalidade de seus contextos e territórios (PISCITTELI, 2012), ora se articulam a partir das categorias de raça, classe e gênero, ora se direcionam para as relações de gênero, identidade de gênero e orientação sexual. Mas, também nos apontam questões em comum, como a luta pelo fim da violência contra as mulheres, meninas e afeminadas. Essas questões ensejam, tanto problemáticas históricas, como lutas mais recentes como o combate à guerra as drogas e a luta antiproibicionista ou a problematização da exclusão de mulheres, feministas que são

mães pelo fato de não haver espaços nem acolhimento adequado para elas e suas crias. A permanência de problemáticas e o surgimento de novas demandas apontam para o contínuo da luta feminista, que ora consegue avançar, ora se vê frente a desafios que em muitos casos nos impede de alcançar uma maior autonomia, como a questão da descriminalização e legalização do aborto. O diálogo entre essas pautas tem fomentado um exercício contínuo entre e dentro desses coletivos e ensejam suas ações e práticas políticas. Nesse contexto, novas formas de ação política se constroem, como o artivismo. A junção entre arte e política como instrumento de resistência tal como proposto pelo coletivo Ou Vai Ou Racha, tanto com a saída de um bloco nas terças-feiras de Carnaval pela visibilidade lésbica e bissexual, quanto da proposta das festas exclusivas para mulheres cis, trans, pessoas não-binárias e afeminadas, como o “Arrachapé” demonstram novas formas de ação política. É a resistência lésbica e bissexual sendo construída através de outras concepções organizacionais, ideológicas e políticas. Assim como o Colativa, que através dos lambes² tenta se

2 O lambe é uma técnica de arte urbana que utiliza cartazes como intervenção urbana. Teve origem na propaganda popular. É utilizado para diversos propósitos, que vão desde a transmissão de ideias, divulgação de ates, a protestos elaborados através de imagens e textos.

comunicar com as mulheres no espaço público. Seus desenhos e frases assertivas criam possibilidades de reconhecimento entre as sujeitas que circulam pelo espaço urbano e veem as mensagens de empoderamento e fortalecimento. O lambe também se constitui enquanto uma ferramenta de mobilização política, sendo uma forma, segundo elas: “de sair da bolha da academia” para dialogar com mulheres de outras classes sociais.

O Periféricas e suas propostas de ocupação de praças públicas também têm contribuído para debates e ações de fomento a ocupação desses espaços pelas mulheres negras e periféricas, a partir de um lugar histórico de negação social e invisibilidade. A sua perspectiva política de fortalecimento local, no “quilombo” Ibura (bairro periférico da cidade de Recife) bem como das mulheres negras que vivem no local também se configuram enquanto uma forma de resistência política contra o racismo e o machismo cotidiano. O Coletivo da Marcha das Vadias, também a partir da proposta de ocupação de espaço público, enquanto um direito da mulher leva todos os anos às ruas a Marcha das Vadias, para combater a cultura do estupro e pela não culpabilização das vítimas em casos de violência. A partir de

uma estética própria, lúdica, performática algumas mulheres ficam com os seios à mostra como símbolo de protesto e resistência, a Marcha possibilita a cada ano o primeiro contato de muitas mulheres e meninas com a luta feminista.

Nesse contexto de novas formas de atuação política a principal ferramenta utilizada por esses coletivos para se comunicar e propagar suas práticas e ideologias é a internet. O cibertativismo se constitui atualmente como um meio de ação política nas disputas pelas narrativas sociais travadas nas redes, é através desses espaços virtuais que embates, historicamente travados no campo público, tem tomado corpo (FONSECA, 2017). As ações políticas também são mobilizadas, principalmente pelas redes sociais. À exemplo do FANFIC, que tem mais de 100 mil pessoas em sua página no Facebook e mobiliza debates e atividades em pró do empoderamento cresp, principalmente das mulheres negras.

Além do uso da internet e redes sociais para mobilização política, esses coletivos partilham de formas organizativas com base na horizontalidade e autogestão. Diante da atual conjuntura política de crise de representatividade e do questionamento da legitimidade da democracia representativa no

país, novos caminhos estão sendo traçados na criação de novas formas do fazer político para além das práticas partidárias tradicionais. Nesse sentido, a busca por formas organizativas mais democráticas, menos burocratizadas e horizontais, se torna uma alternativa. Nenhum dos seis coletivos possuía líderes ou hierarquia entre as integrantes. A divisão das tarefas bem como as decisões e debates políticos internos eram realizados entre todas e decidido igualmente entre elas, através de suas possibilidades, afinidades e aptidões para o desenvolvimento das ações. Isso não quer dizer, que não houvessem sujeitas de referência, que aglutinavam em torno de si as demandas coletivas, “dão a liga”, por assim dizer ao todo. No entanto, isso não se refletia em práticas autoritárias dessas sujeitas perante as outras integrantes e sim, em posturas mais proativas. A autogestão constitui-se também em uma forma autônoma para o financiamento das atividades realizadas com dinheiro coletivo, de venda de materiais ou doações de parceiras. A construção das ações coletivas a partir de outras formas de fazer política, não tradicionais, com base na horizontalidade e autogestão constitui-se até hoje um desafio para os coletivos, principalmente para o desenvolvimento de

grandes eventos como a Marcha das Vadias ou do bloco Ou Vai Ou Racha. Apesar do desafio, há a compreensão da necessidade dessas novas construções que nos direcionem a um fazer político que possibilite a democratização das relações entre as integrantes e também nossas ações, frente a crise de representatividade partidária e política. Outra característica comum aos seis coletivos que pôde ser observada é a fluidez tanto do engajamento individual de suas integrantes quanto de sua organização interna. Foi apontado ao longo da pesquisa que há diferença entre as pessoas que compõem e se dizem do coletivo e as integrantes que “estão/são mais orgânicas”. Ou seja, integram, mas não são (estão) ativas e só participam de algumas atividades e reuniões. Isso é algo que pode ser encontrado, nesses coletivos, não só os quantitativamente maiores, como é o caso da Marcha das Vadias e do Diadorim, mas em todos os outros. Uma questão pontuada ao longo da pesquisa que pode nos auxiliar a compreender isso é a luta cotidiana das mulheres, a dificuldade que muitas enfrentam para dar conta das várias demandas pela sobrevivência. A depender da trajetória de cada sujeita, as dificuldades podem ser maiores ou menores. Por exemplo, uma sujeita que não tem filhos, mora no centro ou

perto do centro da cidade tem mais possibilidades de estar ou “ser mais orgânica” na organização porque possui uma condição objetiva mais favorável que uma mulher com filhos, que trabalha oito horas por dia e vive nas periferias. São condições impostas no cotidiano que muitas vezes impedem as sujeitas de serem mais ativas em seus coletivos. Um ponto conflituoso também abordado no que diz respeito à fluidez, refere-se à disposição das sujeitas, para, diante de um cotidiano com várias demandas realizar as atividades coletivas. Muitas vezes, quando sentem o peso das responsabilidades coletivas, as sujeitas acabam por abrir mão desses espaços. Porque nos espaços de acolhimento e construções coletivas, existe um ponto fundamental para as mulheres, que diz respeito ao empoderamento individual, o crescimento e o fortalecimento da sujeita em sua integralidade e também uma perspectiva de empoderamento e luta coletiva, no sentido, de construções de ações políticas construídas e planejadas para fora, junto as outras mulheres; e é nesse ponto que, muitas vezes, as sujeitas “caem fora”.

Por essas e outras questões não apontadas nas entrevistas, o fluxo intenso de entrada e saída das sujeitas nos coletivos acaba em alguns casos, por inviabilizar a

continuidade do desenvolvimento das atividades. Mas, segundo as entrevistadas possui um caráter positivo que é a possibilidade de renovação do espaço e do sentimento de pertencimento das sujeitas nos coletivos. Muitas vezes, a sujeita por alguma razão pessoal e/ou política deixa de se identificar com a prática política do coletivo e opta por sair. Esse elemento foi considerado positivo pelas entrevistadas. É fundamental que a sujeita permaneça em um espaço político no qual ela se reconheça, sinta-se acolhida e cujas ideias e princípios sejam coerente consigo mesma. Em boa parte dos relatos, as pessoas não deixaram os coletivos por brigas ou problemas. Mas, por questões subjetivas, parte das dimensões individuais que dizem respeito ao reconhecimento e o sentimento de empatia dentro do grupo. O que as motivava para estar em determinado espaço político, pode ser modificado, os interesses e perspectivas, podem mudar a partir disso.

As diversidades entre os coletivos, também se reflete dentro deles. São sujeitas diferentes entre si que dão corpo e alma a esses espaços políticos de construções coletivas.

Cada coletivo é composto por diversas histórias de vida, de luta, de dor que dão vida à experiência e a partilha em grupo. Dessa

forma, as trajetórias individuais das seis mulheres e pessoas não-binárias, que compartilharam comigo suas vivências, estão em movimento e é desse movimento que a luta feminista se alimenta e vice-versa. Portanto, a construção dessa identidade relacional, o diálogo entre indivíduo e coletivo não se encerra. Sendo essa construção fruto de um processo de insubordinação aos “cabrestos” da dominação patriarcal, racista, lesbofóbica e transfóbica sobre seus corpos e suas histórias e que levam ao encontro com a luta feminista. Nesse sentido, a sujeita feminista não se torna feminista de uma hora para outra, ela se constrói ao longo de trajetórias e processos diversos, que podem se dar através da leitura de textos, pela internet, do contato com outras feministas ou movimentos. Há algo em nossa subjetividade que é tocada e nos mobiliza à luta política (TOSOLD, 2012). Compreendo dessa forma, que nem toda mulher será automaticamente feminista e nem a autoidentificação nesse lugar direciona para a luta política. É algo processual, fruto da construção de nossas trajetórias, possibilidades e impossibilidades. E o processo que constrói essa identidade feminista, também possibilita o reconhecimento de outras identidades, tais como raciais, de orientação sexual e

identidade de gênero. A identidade feminista se constrói na interseccionalidade com outros processos de reconhecimento de si. Precariedade, contradição e incertezas são outras características fundamentais para a construção dessa (re) alocação enquanto sujeito social (BUTLER, 2010; TOSOLD, 2012). Pois, a nossa identidade não é um todo, não se pretende enquanto totalidade, mas sim na simbiose, no encontro entre a razão e a emoção, num eterno contínuo de transformações. A exemplo de duas integrantes dos coletivos, que no contato com a luta feminista encontraram outras formas de expressar sua identidade de gênero, e se reconheceram como não-binárias. O não-binarismo de gênero, se expressa enquanto possibilidade e vem para acolher as pessoas que não se enquadram no binarismo de gênero. A categoria não-binária atua assim, como um conceito guarda-chuva no qual abriga as pessoas transgêneros (DE JESUS, 2013)

Essas sujeitas estão ao longo da história travando suas possibilidades de (re) existência. Dessa forma, o *transfeminismo* se constrói enquanto uma escolha política feminista porque nos possibilita a ampliação do olhar a respeito do que é ser mulher e de como a cultura misógina na qual estamos

inseridas perpetradas sobre os corpos das pessoas trans, afeminadas e não-binárias o mesmo discurso de ódio e violência praticado contra as mulheres cisgênero. Não são as mulheres trans, mulheres? Não são as pessoas não-binárias e afeminadas, legitimadas a falar no nome do feminismo? Quem fala em nome do feminismo? Esses são desafios que vem sendo travados nos últimos cinco anos, de maneira mais acirrada e constituem, talvez, uma das principais problemáticas do feminismo, atualmente.

Nesse processo no qual subjetividade e luta coletiva interagem continuamente, há outros elementos que possibilitam o estreitamento desses lados e refletem modificações, tanto nas trajetórias individuais quanto nas ações coletivas. O acolhimento e o sentimento de partilha vivenciado na coletividade, foram apontados como fundamentais para o fortalecimento individual, no auxílio à saída de relações abusivas e no incentivo a autonomia e aceitação de si. O reconhecimento coletivo possibilita a compreensão de que “não estamos sozinhas”, há muitas mulheres que compartilham de experiências semelhantes, auxiliando na saída do lugar construído socialmente, como a mulher louca, exagerada e vitimista. Quando juntas elas acessam as

várias dimensões da violência praticada contra seus corpos e passam a compreender essas violências enquanto estruturais e não como resultado de situações específicas ou individualizadas. É uma partilha de dor, sofrimento, mas também de afeto, acolhimento e aceitação. Além das possibilidades de construir outras (novas) formas de resistência contra a dominação sexista, racista, lesbofóbica e transfóbica, estar em coletivo é para elas, algo fundamental para o seu processo político enquanto feminista. O significado da partilha e do fortalecimento tem um caráter fundamental para elas se manterem em seus coletivos. Mobilizar ações coletivas e práticas políticas se torna algo essencial para elas, a vontade de atingir e chegar a outras mulheres como uma responsabilidade que a luta traz e ajuda a fortalecer. O feminismo acaba representando para elas, uma relação conflituosa e ao mesmo tempo dialógica, que integra sentimentos de gratidão, de amor pelos caminhos trilhados que possibilitaram o encontro com o feminismo, pelo encontro coletivo. Ao passo que também causa muita dor e sofrimento pela vivência da violência cotidiana. Essas duas dimensões acabam sendo partes constituintes dessa identidade

que se transforma constantemente através de nossas dores, emoções e subjetividades.

Conclusões

Essa pesquisa foi uma tentativa de compreender de quais formas o campo feminista recifense vinha se articulando ao longo dos últimos cinco anos e possibilitou-me conhecer uma diversidade expressiva de sujeitas feministas e ações políticas coletivas. Para tanto, foi fundamental contextualizar política e historicamente o momento no qual eles surgem para entendermos os impactos tanto locais quanto nacionais desse *boom* que pôde ser observado em várias capitais do país.

Importante pontuar os limites do meu campo, apesar do esforço em ser plural e tentar contemplar a diversidade coletiva presente em meu contexto, esse trabalho é uma amostra localizada geograficamente e parte de um contexto particular: o campo feminista na cidade de Recife. Mas, nos permitiu conhecer características e formas de ação política construídas e articuladas nacionalmente, tais como o ativismo e o ciberativismo.

A partir do que expus podemos compreender a luta feminista enquanto um processo que se constrói cotidianamente e de forma contínua. São as interseccionalidades e

os antagonismos e desigualdades que nos apontam os nossos lugares, os privilégios sociais dos quais usufruímos e as possibilidades de construção coletiva. Principalmente no que diz respeito a um campo flúido e que está em constante movimento de articulação e mudanças.

As questões desenvolvidas ao longo desse trabalho ilustram as atuais complexidades do campo feminista tanto em seus contextos locais como nacionais, pois tanto as sujeitas quanto os coletivos que os compõem estão em constante processo de construção, conflito, diálogo e transformação. Constituindo-se, sobretudo, como um processo baseado em possibilidades e respeito mútuo na busca por autonomia e direitos.

Ao longo desse processo a única certeza que me atrevo a afirmar é necessidade e atualidade da luta feminista. Mais do que nunca faz-se necessário mantê-la viva e atuante e os desafios impostos a nossa existência cotidiana nos mostram isso. Não há direitos conquistados eternamente, garantias nas quais podemos nos assegurar. Sobretudo, atualmente em que retrocedemos cada dia mais em direitos já assegurados. As histórias e lutas vividas pelas sujeitas desse trabalho são uma prova disso. O surgimento de novos coletivos e a construção constante de novas

formas de resistência política nos reafirmam a necessidade em nos mantermos atuantes coletivamente. Fortalecendo umas as outras e os nossos espaços de construção política. Pois, como nos afirmou Beauvoir: “Basta uma crise política, econômica e religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados”. Nesse sentido, não há um ponto final, questões fechadas e verdades construídas. Seguimos atentas e fortes nessa luta incansável, que é a luta feminista pela emancipação social das mulheres, cis, trans, pessoas não binárias e afeminadas.

Referências

CUENTRO, Ana Cecília Nascimento. Racha a senhora é maravilhosa! **Novas sujeitas e práticas políticas contemporâneas no movimento feminista na cidade do Recife-PE**. Dissertação de conclusão de mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2017.

BUTTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2016.

DE JESUS, Jaqueline; ALVES, Haley: Feminismo Transgênero e Movimento de Mulheres Transexuais. In: **Cronos, Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências** da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, n. 8, p. 1-12, 2012.

DENZIN, Norma; LINCOLN, Yvonna. (Orgs). **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed Bookman, 2006.

FONSECA, Natália. Porque o ciberativismo é tão valioso para o feminismo? In:

<https://blogueirasfeministas.com/2017/08/14/por-que-o-ciberativismo-e-tao-valioso-para-o-feminismo>, 2017.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio para a perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 07-41, 2010.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Revista Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 263-274, 2012.

_____. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila. (Org): **A prática feminista e o conceito de gênero**. Textos Didáticos, n. 48, p. 7-42, Campinas, 2002.

RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e Pós-modernidade no Brasil. **Cadernos AEL**, n. 3, p. 12-43, São Paulo, 1996.

TOSOLD, Léa. **Emoções e performance: Contribuições da teoria feminista para o entendimento da ação coletiva**. Trabalho preparado para II Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, para apresentação na mesa "Novas dimensões da ação coletiva à luz das interações entre atores sociais e instituições participativas: mecanismos, efeitos e difusão", em 27 de abril de 2012. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/SemDisc2012/12-3>>. Acessado em 6 de Janeiro de 2017.